

A sociedade recebe a conta

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, tentou, até o último momento, reduzir as concessões que o governo federal, chantageado pelo PMDB, pelo PDT e pela maioria dos governadores estaduais, se dispôs a fazer na rolagem da dívida dos Estados e municípios em troca da aprovação do projeto de reforma tributária de emergência preparado pelo governo e emendado pelos deputados. Não conseguiu, e a rolagem da dívida foi aprovada como queriam Quéricia e seus aliados. Com isso, a sociedade brasileira vai ser obrigada a recolher aos cofres públicos mais cerca de US\$ 10 bilhões no próximo ano, já sabendo, de antemão, que esse novo sacrifício não será compensado pela extinção do déficit público que o governo prometeu ao Fundo Monetário Internacional e é vital para a estabilização da economia brasileira.

“Trata-se de um projeto (o da rolagem) desastroso para o País, para o combate à inflação e para o ajuste fiscal” — declarou o deputado José Serra (PSDB-SP).

O que o governo vier a arrecadar a mais com os impostos aumentados será consumido pelos rombos dos governos estaduais e municipais que o presidente Fernando Collor admitiu encampar. O mais dramático é que governadores e prefeitos, além de conseguirem generosos prazos e condições para pagar suas dívidas de US\$ 70 bilhões, ainda ficaram livres para aumentar essas mesmas dívidas em um ano eleitoral como será 1992. Como lembrou o ex-ministro Mailson da Nóbrega em entrevista ao **Jornal da Tarde** de ontem, esse acordo consolidou a “cultura do calote” vigente no Brasil na área pública e os Estados vão abrir margem para voltar a endividar-se. Mailson, que tem uma grande experiência nessa área, duvida que Estados e municípios paguem até mesmo o pouco que se comprometeram a pagar no acordo.

“Os Estados que não quiserem pagar não vão pagar, e a União tem pouca força para obrigá-los a pagar. A ‘cultura do calote’ está no ar. A União não consegue cobrar mesmo quando os recursos são do Fundo de Participação dos Estados. A União, por dispositivo constitucional, deveria compensar dívidas, mas não consegue porque o governo federal não tem base política. Se a União

exercer o seu direito, os Estados deixam de pagar os professores e a polícia e criam um clima antigoverno federal. Se isso acontece com o FPE, imagine com o ICMS. É uma utopia acreditar no acordo.”

Entretanto, o que os cidadãos e as empresas terão que desembolsar a mais para pagar os rombos desse acordo, não é uma utopia.

Os congressistas, tomados de um súbito fervor “patriótico”, alegam, para justificar os aumentos de impostos que aprovam, que estão ajudando o governo a atender às exigências do FMI. Na verdade, o FMI nunca exigiu aumento de impostos. O que ele pede é a extinção do déficit e até um pequeno superávit nas contas públicas. O que se consegue por meio de um verdadeiro ajuste fiscal — corte de despesas, desregulamentação da economia, privatizações —, o que não tem nada a ver com essa palhaçada que o Congresso Nacional acaba de aprontar com o beneplácito do Palácio do Planalto. Mais impostos sobre uma economia em profunda recessão, de um lado, e mais endividamento do setor público, de outro.

O “patriotismo” dos parlamentares que alegam que estão contribuindo para que o governo federal não tenha problemas com o FMI se alvoroça quando surge a perspectiva de, de alguma forma, reduzir-se tanto o tamanho quanto a irresponsabilidade financeira do Estado. Então, adversários tão aparentemente irreconciliáveis de ontem, como Orestes Quéricia, Antônio Carlos Magalhães e Leonel Brizola, se unem na mesma volúpia de um dia estarem, eles, gerindo o paquiderme falido: são, os três, candidatos à Presidência da República, dependem igualmente, para melhorar suas chances, dos resultados das eleições do próximo ano e o miserável povo brasileiro que agüente e faça mais sacrifícios.

Nessa hora ninguém quer lembrar do “mau exemplo do Ceará”, que tanto no governo Tasso Jereissatti quanto no de seu sucessor, Ciro Gomes, mostrou como se consertam as finanças públicas e como se paga, sem maiores problemas, o que se deve à União. Infelizmente, tanto a competência quanto a honestidade são apenas exceções que confirmam a regra nessa **onorabile società** que é o mundo político brasileiro.